
RELATÓRIO DE METAS FISCAIS

2º QUADRIMESTRE DE 2022



SETEMBRO / 2022

1 EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1.1 METAS DE ARRECAÇÃO

Receitas: Metas x Realizado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta	Receita	Receita - Meta	Receita ÷ Meta
Receitas Correntes	254.512.000	344.637.198	90.125.198	135%
Impostos, Taxas e Contr. Melhoria	59.612.000	81.068.541	21.456.541	136%
Contribuições	11.486.667	15.355.609	3.868.943	134%
Receita Patrimonial	5.756.333	28.489.100	22.732.766	495%
Receita de Serviços	17.810.667	19.485.764	1.675.097	109%
Transferências Correntes	157.250.000	196.277.377	39.027.377	125%
Outras Receitas Correntes	2.596.333	3.960.808	1.364.474	153%
Receitas de Capital	4.566.000	12.621.637	8.055.637	276%
Operações de Crédito	2.661.333	698.036	-1.963.297	26%
Alienação de Bens	667	540.566	539.899	81085%
Transferências de Capital	1.904.000	11.383.035	9.479.035	598%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	12.922.000	15.870.176	2.948.176	123%
TOTAL (Correntes + Capital)	259.078.000	357.258.835	98.180.835	138%

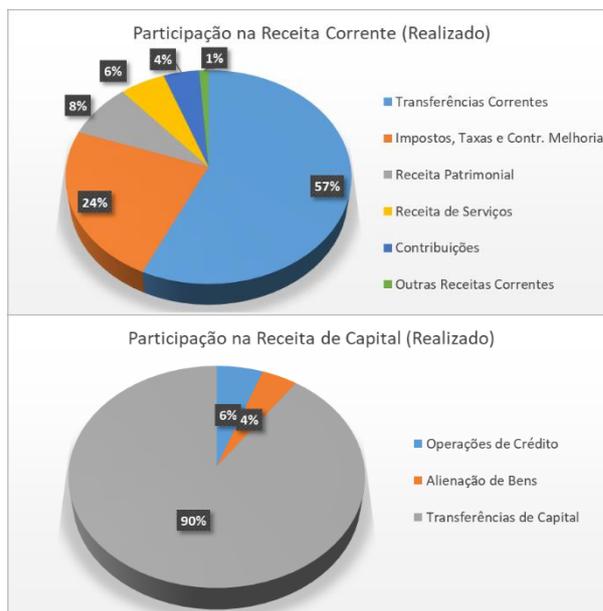
Fonte: RREO ANEXO 1

Pode-se observar, pelo quadro acima, que no 4º bimestre do exercício de 2022, o Município atingiu as metas gerais de arrecadação definidas na Lei Orçamentária Anual, ficando com aproximadamente R\$ 98,180 milhões de superávit, o que representa 138% de atingimento da meta, esta análise leva em consideração apenas as categorias econômicas das receitas correntes e de capital, não fazendo parte do estudo as receitas intra-orçamentárias.

Desmembrando a análise pelas categorias econômicas, as “Receitas Correntes” estão superando a meta em 35%, as origens de recursos que estão acima da meta estipulada em destaque são “Receita Patrimonial” com 495% de atingimento da meta e os “Outras Receitas Correntes” com 153% de atingimento da meta. Neste período nenhuma das subcategorias estiveram abaixo da meta.

Fazendo a análise apenas da categoria econômica “Receitas de Capital” o percentual de atingimento neste período ficou 276% de atingimento da meta. Neste bimestre houve pela primeira vez a incidência de receita na categoria econômica “Alienação de Bens” o que contribuiu com 4% de toda a Receita Corrente até o momento. As “Operações de Crédito” continuam com um resultado baixo com atingimento de apenas 26% da meta.

Conforme demonstrado no gráfico ao lado, as maiores fatias das receitas correntes são derivadas das “Transferências Correntes” seguida dos “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”, as duas juntas representam 81% de todas as receitas desta categoria.



1.2 METAS DE DESPESA

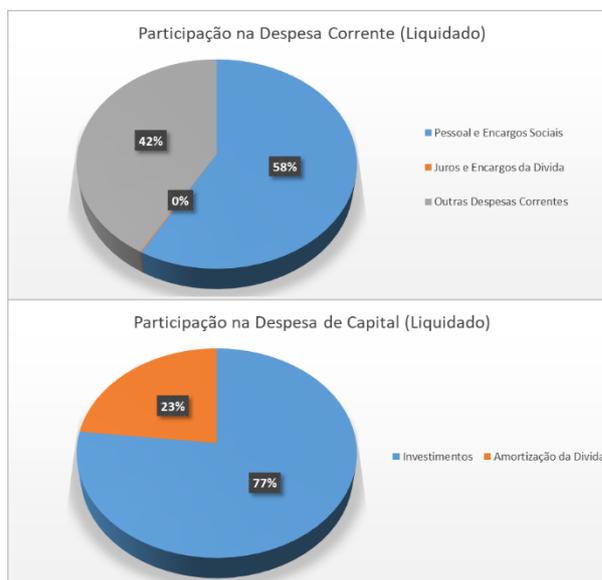
Despesas: Metas x Liquidado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta Atualizada	Liquidado	Liquid. - Meta	Liquid. ÷ Meta
Despesas Correntes	255.034.009	233.048.456	-21.985.553	91,4%
Pessoal e Encargos Sociais	133.599.153	135.795.960	2.196.807	101,6%
Juros e Encargos da Dívida	333.333	300.000	-33.333	90,0%
Outras Despesas Correntes	121.101.523	96.952.496	-24.149.027	80,1%
Despesas de Capital	63.453.692	24.202.065	-39.251.627	38,1%
Investimentos	57.253.692	18.579.882	-38.673.810	32,5%
Amortização da Dívida	6.200.000	5.622.183	-577.817	90,7%
Reserva de Contingência	13.490.000	0	-13.490.000	0,0%
Despesas Intra-Orçamentárias	21.428.929	17.406.905	-4.022.024	81,2%
Superávit	0	98.471.584	98.471.584	0,0%
TOTAL (Corrente + Capital)	318.487.701	257.250.521	-61.237.180	80,8%

Fonte: RREO ANEXO 1

Conforme pode ser observado no quadro acima as despesas correntes e de capital estão abaixo da meta estipulada comparando com os valores liquidados. Os resultados totais das despesas ficaram cerca de R\$ 61,237 milhões abaixo da meta estipulada, alcançando um resultado de 80,8% de despesas liquidadas versus gastos previstos, sob a ótica das despesas correntes e de capital.

Na categoria econômica das “Despesas Correntes” o grupo de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” apresentou um resultado de 101,6% de atingimento da meta, o que é preocupante, uma vez que nesta análise os resultados acima de 100% são os que devem ser evitados e o resultado deste bimestre ultrapassou este limite, com um valor despendido de R\$ 2,196 milhões acima do previsto. No grupo de natureza de despesa “Juros e Encargos da Dívida” houve o atingimento de 90,0% da meta, ou seja, abaixo do que foi planejado, salientar que a meta bimestral é resultado do valor anual orçado dividido por seis períodos, sendo assim não está sendo levado em consideração a sazonalidade das despesas. Ao analisar o grupo de natureza de despesa “Outras Despesas Correntes” o resultado foi de 80,1%.

Já na categoria econômica “Despesas de Capital”, o grupo de natureza de despesa “Amortização da Dívida”, apresenta o resultado de 90,7% da meta. Já no grupo de natureza de despesa “Investimentos” encerrou o bimestre com apenas 32,5% de atingimento da meta, o que pode levar a interpretação de que não estão sendo feitos investimentos no município ou estão sendo realizados de maneira muito lenta.





1.3 GASTOS POR ENTIDADE E ÓRGÃOS DE GOVERNO

Abaixo segue tabela com os dados do orçamento municipal contendo as informações da previsão inicial do exercício, as alterações realizadas no decorrer do ano, os valores de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, sendo possível, através dos gráficos dentro dos quadros, identificar quais as unidades que já possuem maior percentual de comprometimento do orçamento previsto (classificação da tabela pelo resultado da coluna % Empenhado dividido pela Dotação Atualizada):

Organograma	Descrição	Dotação Inic.	Dotação Atual.	Empenhado ↓	Liquidado	Pago	% (Emp ÷ Dota. Atual) ↓
10.001	Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	1.068.000	2.734.401	2.641.637	1.166.090	1.147.963	97%
2.014	Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	1.628.629	3.115.971	2.815.833	2.772.006	2.712.855	90%
2.021	Secretaria Municipal de Saneamento Básico	31.741.420	34.241.420	30.863.038	18.297.167	18.150.168	90%
2.009	Secretaria Municipal de Finanças	13.256.000	17.556.000	15.203.053	11.066.771	10.827.744	87%
2.008	Secretaria Municipal de Administração e Logística	11.163.805	11.313.805	9.696.876	5.658.482	5.546.267	86%
2.012	Secretaria Municipal de Educação	149.432.630	182.482.257	142.749.258	120.012.583	113.697.963	78%
2.011	Secretaria Municipal de Assistência Social	7.475.000	9.204.369	7.112.329	4.997.166	4.869.391	77%
2.001	Gabinete do Prefeito	2.025.000	2.453.000	1.886.825	1.549.520	1.527.197	77%
2.007	Procuradoria Geral do Município	4.896.000	4.896.000	3.763.546	3.517.149	3.481.163	77%
12.001	Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	3.017.000	3.427.000	2.604.039	2.190.580	2.126.258	76%
2.020	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	3.330.000	4.658.692	3.400.153	1.983.370	1.981.274	73%
5.001	Fundo Municipal de Saúde	70.415.018	103.633.841	74.062.574	49.936.429	49.278.143	71%
2.017	Secretaria Municipal de Gestão e Controle	1.050.000	1.050.000	740.361	668.912	658.554	71%
2.006	Secretaria Municipal de Governo	1.305.900	1.856.100	1.303.766	914.544	906.242	70%
1.001	Câmara Municipal de Vereadores	5.955.000	5.955.000	4.169.835	3.758.063	3.758.063	70%
6.001	Fundação Municipal de Cultura	2.082.000	2.615.481	1.738.548	1.305.303	1.305.303	66%
2.016	Secretaria Municipal de Obras	37.947.629	73.577.654	48.831.807	19.777.439	17.864.560	66%
2.005	Secretaria Municipal de Comunicação Social	1.569.000	1.949.000	1.292.795	1.034.988	934.146	66%
2.013	Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	2.571.500	3.697.784	2.429.889	1.782.059	1.704.215	66%
2.015	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	2.417.000	4.147.000	2.358.986	1.269.347	1.235.548	57%
9.001	Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	2.148.000	2.278.000	1.221.001	1.130.453	1.106.036	54%
2.018	Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Receita	6.250.000	6.250.000	3.329.100	2.946.747	2.898.993	53%
4.001	Fundação Municipal de Esportes	2.695.469	4.037.171	2.034.645	1.037.647	1.006.942	50%
2.002	Gabinete do Vice Prefeito	521.000	521.000	258.957	253.662	248.055	50%
8.001	Fundação Hospitalar de Navegantes	121.000	121.000	48.028	33.883	33.883	40%
13.001	Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	39.900.000	39.900.000	15.625.480	15.308.768	15.299.462	39%
3.001	Fundo Municipal de Assistência Social	1.758.000	2.178.000	418.963	270.180	261.547	19%
7.001	Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	260.000	260.000	43.421	18.119	17.716	17%
Total		408.000.000	530.109.945	382.644.744	274.657.427	264.535.650	72%

1.4 GASTOS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Função	Descrição	Dotação Inic.	Dotação Atual.	Empenhado ↓	Liquidado	Pago	% (Emp ÷ Dota. Atual) ↓
26	Transporte	404.000	404.000	399.383	305.883	305.883	99%
28	Encargos Especiais	8.506.000	12.806.000	12.406.000	8.922.556	8.705.265	97%
17	Saneamento	31.744.420	34.244.420	30.863.038	18.297.167	18.150.168	90%
6	Segurança Pública	5.713.629	9.277.372	8.061.509	6.128.676	5.987.076	87%
12	Educação	149.432.630	182.482.257	142.749.258	120.012.583	113.697.963	78%
2	Judiciária	4.795.000	4.795.000	3.749.482	3.507.175	3.471.189	78%
4	Administração	26.034.705	27.542.905	21.273.353	15.149.365	14.821.091	77%
25	Energia	7.050.000	10.050.000	7.505.648	2.989.791	2.989.791	75%
9	Previdência Social	21.165.000	21.165.000	15.625.480	15.308.768	15.299.462	74%
10	Saúde	70.536.018	103.754.841	74.110.602	49.970.313	49.312.027	71%
1	Legislativa	5.955.000	5.955.000	4.169.835	3.758.063	3.758.063	70%
13	Cultura	2.082.000	2.615.481	1.738.548	1.305.303	1.305.303	66%
20	Agricultura	2.571.500	3.697.784	2.429.889	1.782.059	1.704.215	66%
15	Urbanismo	33.820.629	67.779.345	44.326.928	18.465.134	16.500.159	65%
8	Assistência Social	9.493.000	11.642.369	7.574.713	5.285.465	5.148.655	65%
23	Comércio e Serviços	2.413.000	4.143.000	2.358.986	1.269.347	1.235.548	57%
18	Gestão Ambiental	2.152.000	2.282.000	1.221.001	1.130.453	1.106.036	54%
27	Desporto e Lazer	2.695.469	4.037.171	2.034.645	1.037.647	1.006.942	50%
3	Essencial à Justiça	101.000	101.000	14.063	9.974	9.974	14%
11	Trabalho	1.100.000	1.100.000	32.380	21.704	20.843	3%
99	Reserva de Contingência	20.235.000	20.235.000	0	0	0	0%
Total		408.000.000	530.109.945	382.644.744	274.657.427	264.535.650	72%





1.5 GASTOS POR SUBFUNÇÃO DE GOVERNO

Subfunção	Descrição	Dotação Inic.	Dotação Atual.	Empenhado ↓	Liquidado	Pago	% (Emp ÷ Dota. Atual) ↓
846	Outros Encargos Especiais	3.006.000	3.006.000	3.006.000	3.000.372	2.783.081	100%
782	Transporte Rodoviário	404.000	404.000	399.383	305.883	305.883	99%
182	Defesa Civil	1.068.000	2.734.401	2.641.637	1.166.090	1.147.963	97%
843	Serviço da Dívida Interna	5.500.000	9.800.000	9.400.000	5.922.183	5.922.183	96%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	18.104.259	24.085.528	22.227.329	12.185.855	12.146.691	92%
512	Saneamento Básico Urbano	31.744.420	34.244.420	30.863.038	18.297.167	18.150.168	90%
367	Educação Especial	1.351.000	1.372.000	1.194.800	1.024.774	1.007.564	87%
303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.700.000	1.850.000	1.601.174	1.312.911	1.297.781	87%
123	Administração Financeira	3.250.000	3.250.000	2.797.053	2.144.215	2.122.480	86%
122	Administração Geral	13.709.805	14.287.805	11.842.659	7.461.664	7.321.520	83%
181	Policciamento	4.645.629	6.542.971	5.419.873	4.962.586	4.839.113	83%
361	Ensino Fundamental	78.370.630	86.589.630	69.799.072	61.854.971	60.523.267	81%
61	Ação Judiciária	4.795.000	4.795.000	3.749.482	3.507.175	3.471.189	78%
306	Alimentação e Nutrição	4.400.000	8.819.576	6.760.029	3.537.915	3.284.374	77%
365	Educação Infantil	65.166.000	85.556.051	64.960.358	53.559.923	48.877.758	76%
752	Energia Elétrica	7.050.000	10.050.000	7.505.648	2.989.791	2.989.791	75%
272	Previdência do Regime Estatutário	21.165.000	21.165.000	15.625.480	15.308.768	15.299.462	74%
452	Serviços Urbanos	21.100.000	26.023.393	18.524.644	11.284.534	10.919.391	71%
125	Normatização e Fiscalização	1.050.000	1.050.000	740.361	668.912	658.554	71%
121	Planejamento e Orçamento	1.305.900	1.856.100	1.303.766	914.544	906.242	70%
31	Ação Legislativa	5.955.000	5.955.000	4.169.835	3.758.063	3.758.063	70%
244	Assistência Comunitária	7.665.000	9.714.369	6.644.256	4.633.093	4.514.079	68%
392	Difusão Cultural	2.082.000	2.615.481	1.738.548	1.305.303	1.305.303	66%
131	Comunicação Social	1.569.000	1.949.000	1.292.795	1.034.988	934.146	66%
606	Extensão Rural	2.571.500	3.697.784	2.429.889	1.782.059	1.704.215	66%
301	Atenção Básica	49.568.500	75.556.054	49.451.128	36.076.695	35.476.424	65%
129	Administração de Receitas	5.150.000	5.150.000	3.296.720	2.925.042	2.878.150	64%
451	Infra-Estrutura Urbana	12.720.629	41.755.952	25.802.285	7.180.600	5.580.768	62%
695	Turismo	2.413.000	4.143.000	2.358.986	1.269.347	1.235.548	57%
811	Desporto de Rendimento	350.000	350.000	195.660	136.505	116.939	56%
541	Preservação e Conservação Ambiental	2.152.000	2.282.000	1.221.001	1.130.453	1.106.036	54%
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.573.000	1.623.000	812.127	562.010	544.214	50%
812	Desporto Comunitário	2.345.469	3.687.171	1.838.985	901.142	890.003	50%
241	Assistência ao Idoso	220.000	270.000	118.330	90.361	90.361	44%
305	Vigilância Epidemiológica	1.163.259	2.263.259	830.970	394.851	391.131	37%
366	Educação de Jovens e Adultos	145.000	145.000	35.000	35.000	5.000	24%
92	Representação Judicial e Extrajudicial	101.000	101.000	14.063	9.974	9.974	14%
334	Fomento ao Trabalho	1.100.000	1.100.000	32.380	21.704	20.843	3%
242	Assistência ao Portador de Deficiência	35.000	35.000	0	0	0	0%
999	Reserva de Contingência	20.235.000	20.235.000	0	0	0	0%
Total		408.000.000	530.109.945	382.644.744	274.657.427	264.535.650	72%

1.6 GASTOS POR PROGRAMA DE GOVERNO

Programa	Descrição	Dotação Inic.	Dotação Atual.	Empenhado ↓	Liquidado	Pago	% (Emp ÷ Dota. Atual) ↓
12	Caminho do Desenvolvimento da Água e Saneamento	31.744.420	34.244.420	30.863.038	18.297.167	18.150.168	90%
9	Caminho do Desenvolvimento da Segurança, Trânsito e Defesa Social	12.763.629	19.327.372	15.567.158	9.118.467	8.976.867	81%
8	Caminho do Desenvolvimento da Educação	149.432.630	182.482.257	142.749.258	120.012.583	113.697.963	78%
11	Caminho do Desenvolvimento da Infraestrutura	23.564.000	37.519.251	28.903.580	14.056.066	13.546.344	77%
7	Caminho do Desenvolvimento da Saúde	70.536.018	103.754.841	74.110.602	49.970.313	49.312.027	71%
1	Caminho do Desenvolvimento do Processo Legislativo	5.955.000	5.955.000	4.169.835	3.758.063	3.758.063	70%
5	Caminho do Desenvolvimento da Pesca e Agricultura	2.571.500	3.697.784	2.429.889	1.782.059	1.704.215	66%
10	Caminho do Desenvolvimento da Assistência Social, Trabalho e Habitação	9.493.000	11.642.369	7.574.713	5.285.465	5.148.655	65%
2	Caminho do Desenvolvimento da Gestão Pública	75.686.705	81.494.905	49.771.659	39.972.796	39.428.830	61%
6	Caminho do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Esporte	7.194.469	10.799.652	6.132.179	3.612.297	3.547.792	57%
13	Caminho do Desenvolvimento do Meio Ambiente	2.148.000	2.278.000	1.221.001	1.130.453	1.106.036	54%
3	Caminho do Desenvolvimento do Comércio, Indústria e Serviços	6.250.000	6.250.000	3.329.100	2.946.747	2.898.993	53%
14	Caminho do Desenvolvimento da Mobilidade Urbana	10.660.629	30.664.095	15.822.732	4.714.952	3.259.699	52%
Total		408.000.000	530.109.945	382.644.744	274.657.427	264.535.650	72%





1.7 GASTOS POR FUNÇÕES E AÇÕES DE GOVERNO

A tabela abaixo evidência os desembolsos da Administração Pública Municipal, nos poderes Executivo e Legislativo, por cada ação (projeto/atividade) de governo (classificação da tabela pela coluna % Pago dividido pela Dotação Atualizada)“):

Ação	Descrição	Dotação Inic.	Dotação Atual.	Empenhado	Liquidado	Pago ↓	% (Pago ÷ Dota. Atual) ↓
2073	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia	197.000	247.000	244.000	244.000	244.000	99%
3	Pagamento do PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do	3.006.000	3.006.000	3.006.000	3.000.372	2.783.081	93%
2027	Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Civil	1.445.629	2.845.849	2.670.697	2.646.194	2.587.043	91%
1	Pagamento de Precatórios Judiciais	1.300.000	1.300.000	1.032.300	1.032.300	1.032.300	79%
2075	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	18.015.000	18.015.000	13.782.371	13.777.333	13.777.333	76%
1010	Investimentos em Equipamentos da Secretaria de Obras	404.000	404.000	399.383	305.883	305.883	76%
2020	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	72.829.630	78.253.358	62.874.606	59.065.223	57.825.704	74%
2078	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	1.351.000	1.372.000	1.194.800	1.024.774	1.007.564	73%
1020	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMSCI	200.000	426.000	422.033	306.654	306.654	72%
2007	Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município	3.450.000	3.450.000	2.715.438	2.473.130	2.437.145	71%
2057	Grupos de Financiamentos da Assistência Farmacêutica	1.700.000	1.850.000	1.601.174	1.312.911	1.297.781	70%
2001	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	5.455.000	5.455.000	4.141.316	3.730.183	3.730.183	68%
2021	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	61.665.000	66.748.032	48.747.112	45.140.393	44.294.420	66%
2069	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Trânsito	1.240.000	1.240.000	864.853	811.369	811.369	65%
2011	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Finanças	3.250.000	3.250.000	2.797.053	2.144.215	2.122.480	65%
2034	Manutenção da Secretaria de Gestão e Controle	1.050.000	1.050.000	740.361	668.912	658.554	63%
2002	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito	2.000.000	2.428.000	1.878.617	1.544.262	1.521.940	63%
2070	Manutenção e Funcionamento Fiscalização de Trânsito - Convênio	950.000	1.260.000	1.011.496	779.928	770.464	61%
2	Pagamento de Encargos e Amortização da Dívida Pública	5.500.000	9.800.000	9.400.000	5.922.183	5.922.183	60%
2013	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção ao Idoso	100.000	150.000	118.330	90.361	90.361	60%
2074	Manutenção das Atividades do Instituto de Previdência	2.060.000	2.060.000	1.535.788	1.224.115	1.214.808	59%
2025	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	2.469.500	2.469.500	1.891.784	1.490.746	1.450.685	59%
2052	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	200.000	200.000	195.660	136.505	116.939	58%
2039	Manutenção da Secretaria de Saneamento Básico	22.600.000	25.100.000	24.109.908	14.617.734	14.555.771	58%
2018	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação	605.000	712.000	638.586	436.677	410.173	58%
2062	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	603.000	668.457	383.611	383.611	383.611	57%
2004	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Comunicação Social	849.000	879.000	579.304	505.993	496.931	57%
2026	Manutenção do Convênio Polícia Militar - Rádio Patrulha	131.000	218.122	142.341	123.016	123.016	56%
2035	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenvolvimento	5.150.000	5.150.000	3.296.720	2.925.042	2.878.150	56%
2053	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	38.323.335	52.064.629	38.538.100	29.178.183	28.906.889	56%
2014	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	320.000	370.000	297.375	209.048	205.336	55%
2012	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Assistência Social	6.105.000	7.734.369	6.265.405	4.375.167	4.260.894	55%
2061	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	1.416.000	1.416.000	890.762	774.041	774.041	55%
2067	Custeios e Investimentos com Recursos da Compensação Ambiental	45.000	95.000	49.910	49.900	49.900	53%
1022	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	200.000	250.000	197.038	183.558	128.699	51%
1002	Investimentos em Ações de Melhoria da Estrutura Física do Paço	300.000	350.000	243.732	184.538	179.388	51%
2054	Grupos de Financiamentos da Atenção Básica em Saúde	7.552.000	11.485.433	8.523.610	5.871.733	5.832.864	51%
2055	Grupos de Financiamentos da Atenção de Média e Alta Complexidade	17.883.259	23.864.528	22.179.302	12.151.972	12.112.807	51%
2068	Manutenção e Funcionamento do FUMSCI - Apoio Operacional e	818.000	1.422.897	1.335.100	726.834	719.877	51%
1023	Investimentos em Equipamentos de Vigilância e Trânsito	200.000	200.000	100.000	100.000	100.000	50%
2028	Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes	908.000	908.000	553.474	465.819	452.347	50%
2066	Manutenção do Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	2.050.000	2.130.000	1.171.091	1.080.553	1.056.136	50%
2009	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração e Logis	10.832.805	10.932.805	9.445.852	5.466.652	5.362.535	49%
2006	Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Governança	1.305.900	1.856.100	1.303.766	914.544	906.242	49%
2003	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito	521.000	521.000	258.957	253.662	248.055	48%
2033	Manutenção dos Serviços de Limpeza e Conservação de Vias Públicas	8.000.000	8.000.000	6.747.981	3.679.433	3.594.397	45%
2032	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Obras	20.950.000	25.873.393	18.468.389	11.261.089	10.901.045	42%
2038	Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano	3.330.000	4.658.692	3.400.153	1.983.370	1.981.274	41%
2005	Criação e Desenvolvimento de Campanhas Institucionais	720.000	1.070.000	713.491	528.995	437.215	41%
2059	Manutenção dos Programas Vinculados com a Secretaria Estadual de	803.000	1.369.000	1.178.568	571.748	546.018	40%
2015	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	795.000	795.000	431.219	322.590	312.800	39%
2022	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	2.200.000	4.367.830	3.240.402	1.760.160	1.638.373	38%
2050	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Esportes	1.793.000	2.398.668	1.103.385	901.142	890.003	37%
2023	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Infantil e Creches	2.200.000	4.451.746	3.519.627	1.777.755	1.646.001	37%
2076	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do Serviço	840.000	840.000	298.529	298.529	298.529	36%
2024	Manutenção do Transporte Escolar	1.735.000	1.735.000	947.500	619.697	606.913	35%
2071	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia	230.000	230.000	186.653	71.726	71.726	31%
1012	Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	7.050.000	10.050.000	7.505.648	2.989.791	2.989.791	30%
2065	Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes	118.000	118.000	48.028	33.883	33.883	29%
1003	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Fundamental	3.201.000	5.889.271	5.338.380	1.733.374	1.680.476	29%
1017	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultura	63.000	531.023	464.176	147.651	147.651	28%





PREFEITURA DE NAVEGANTES



2029	Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município	1.400.000	3.130.000	1.805.511	803.528	783.200	25%
2081	Manutenção do Programa de Benefícios Eventuais	27.000	177.000	63.770	43.298	43.298	24%
1004	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Infantil	3.501.000	18.808.019	16.213.246	8.419.530	4.583.338	24%
1014	Investimentos em Estrutura Física e Equipamentos na Assistência	204.000	474.000	129.620	103.410	100.930	21%
2037	Manutenção e Funcionamento da Casa dos Conselhos	25.000	25.000	8.208	5.258	5.258	21%
1009	Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana	2.060.000	11.091.857	9.979.553	2.465.648	2.321.070	21%
1005	Investimentos em Ações de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	102.000	1.228.284	538.105	291.313	253.530	21%
2077	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	50.000	50.000	8.792	8.792	8.792	18%
2056	Grupos de Financiamentos da Vigilância em Saúde	1.163.259	2.263.259	830.970	394.851	391.131	17%
2084	Manutenção e Funcionamento da Escola Municipal de Administra	31.000	31.000	7.292	7.292	4.344	14%
1021	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	50.000	885.504	884.504	132.602	121.432	14%
2046	Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	130.000	130.000	24.607	17.721	17.721	14%
2085	Manutenção e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínc	150.000	150.000	56.255	23.446	18.346	12%
2008	Manutenção e Funcionamento do PROCON	101.000	101.000	14.063	9.974	9.974	10%
2043	Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade - ABORDAGEM	71.000	71.000	20.005	6.932	6.932	10%
2048	Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	150.000	150.000	16.066	14.312	14.312	10%
2041	Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	188.000	188.000	29.689	17.774	17.774	9%
2047	Manutenção do Piso Básico Fixo	349.000	349.000	40.491	33.653	31.726	9%
2045	Manutenção do Programa do Piso de Alta Complexidade I - Crian	106.000	106.000	35.155	12.254	8.362	8%
2040	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assistênci	276.000	276.000	54.603	20.826	20.492	7%
2064	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	260.000	260.000	43.421	18.119	17.716	7%
1001	Investimentos em Bens Imóveis e Móveis do Poder Legislativo	500.000	500.000	28.519	27.880	27.880	6%
1006	Investimento em Ações de Segurança Pública e Defesa Civil	52.000	52.000	2.796	2.796	2.796	5%
1008	Pavimentação e Recuperação de Vias e Eixos Estruturantes	7.330.629	26.005.403	12.422.579	2.731.582	1.328.425	5%
2083	Manutenção e Funcionamento da Corregedoria	45.000	45.000	1.745	1.745	1.745	4%
2019	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos	145.000	145.000	35.000	35.000	5.000	3%
1025	Investimentos em Ações de Desenvolvimento Econômico	1.100.000	1.100.000	32.380	21.704	20.843	2%
1016	Investimentos em Equipamentos, Veículos e Estrutura Física de S	2.830.165	10.576.992	1.208.849	455.032	190.652	2%
799	Reserva Orçamentária do RPPS	18.735.000	18.735.000	0	0	0	0%
999	Reserva de Contingência	1.500.000	1.500.000	0	0	0	0%
1007	Investimentos em Ações de Turismo, Cultura e Esportes	52.000	52.000	0	0	0	0%
1011	Implantação de Obras de Saneamento e/ou Macrodrenagem	3.000	3.000	0	0	0	0%
1013	Investimentos em Ações de Drenagem e Saneamento Básico	1.141.420	1.141.420	5.150	0	0	0%
1015	Investimentos no Esporte e Construção e Reforma de Espaços Esp	552.469	1.288.504	735.600	0	0	0%
1018	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física da Fundação P	3.000	3.000	0	0	0	0%
1019	Investimentos em Ações do Instituto Ambiental de Navegantes -	53.000	53.000	0	0	0	0%
1024	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Previd	200.000	200.000	0	0	0	0%
2016	Manutenção do Programa do Benefício de Prestação Continuada	35.000	35.000	0	0	0	0%
2017	Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	120.000	120.000	0	0	0	0%
2030	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Turismo	53.000	53.000	0	0	0	0%
2031	Manutenção do Fundo Municipal para Conservação da Praia - FUN	4.000	4.000	0	0	0	0%
2042	Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade - MSE	71.000	71.000	0	0	0	0%
2044	Manutenção do Piso de Transição de Média Complexidade	10.000	10.000	0	0	0	0%
2049	Manutenção dos Programas Sociais com a Secretaria Estadual	70.000	70.000	0	0	0	0%
2051	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	150.000	150.000	0	0	0	0%
2058	Grupos de Financiamentos da Gestão do SUAS	60.000	60.000	2.000	0	0	0%
2079	Manutenção do Programa IGD/SUAS	14.000	14.000	0	0	0	0%
2080	Manutenção do Programa de Ações Estratégicas do Programa de I	92.000	92.000	4.957	0	0	0%
2082	Grupos de Financiamentos da Atenção Especializada	100.000	100.000	0	0	0	0%
Total		408.000.000	530.109.945	382.644.744	274.657.427	264.535.650	50%



1.8 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (CORRENTE + CAPITAL + INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)

Receitas Realizadas até o 4º Bimestre (Incluindo Intra-Orçamentárias)		R\$ 373.129.010,74
Classificação	Empenhadas	Liquidadas
Despesas Correntes	R\$ 294.148.568,41	R\$ 233.048.456,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 135.899.587,94	R\$ 135.795.959,78
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 157.948.980,47	R\$ 96.952.496,22
Despesas de Capital	R\$ 60.680.321,51	R\$ 24.202.065,38
Investimentos	R\$ 51.580.321,51	R\$ 18.579.882,18
Amortização da Dívida	R\$ 9.100.000,00	R\$ 5.622.183,20
Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -
Despesas Intra-Orçamentárias	R\$ 27.815.853,98	R\$ 17.406.905,37
Total Despesas	R\$ 382.644.743,90	R\$ 274.657.426,75
Resultado Orçamentário	-R\$ 9.515.733,16	R\$ 98.471.583,99
% Comprometido da Receita	103%	74%

Fonte: RREO ANEXO 1

O resultado orçamentário, ao final de um exercício financeiro, é representado subtraindo-se da Receita Arrecadada, as despesas empenhadas no referido exercício. No entanto, no decorrer do ano, deve ser avaliada/acompanhada tomando-se por base as despesas efetivamente realizadas (liquidadas), em virtude de empenhos dos tipos "Global" e "Estimativa". Pela visão das despesas liquidadas, alcançou-se neste 4º bimestre de 2022 um superávit orçamentário de R\$ 98,471 milhões resultando em um comprometimento de 74% da arrecadação do período. Pela visão das despesas empenhadas, o resultado alcançado foi deficitário, em R\$ 9,515 milhões resultando em um comprometimento de 103% da arrecadação do período.



1.9 COMPARAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS (CORRENTE + CAPITAL)

Receitas e Despesas (Valores Acumulados)	4 Bim/22
Receitas Correntes Prevista	254.512.000,00
Receitas de Capital Prevista	4.566.000,00
Total Receitas Prevista	259.078.000,00
Receitas Correntes Realizada	344.637.198,15
Receitas de Capital Realizada	12.621.636,88
Total de Receitas Realizada	357.258.835,03
% Receita Corrente Realizada / Prevista	135,4%
% Receita de Capital Realizada / Prevista	276,4%
% Receita Total Realizada / Receita Total Prevista	137,9%
Despesas Correntes Prevista	255.034.009,17
Despesas de Capital Prevista	63.453.691,99
Total Despesas Prevista	318.487.701,15
Despesas Correntes Liquidada	233.048.456,00
Despesas de Capital Liquidada	24.202.065,38
Total de Despesas Liquidadas	257.250.521,38
% Despesas Corrente Liquidada / Prevista	91,4%
% Despesa de Capital Liquidada / Prevista	38,1%
% Despesa Total Liquidada / Despesa Total Prevista	80,8%
% Despesa Liquidadas / Receita Realizada	72,0%
Meta	100,0%

Fonte: RREO ANEXO 1

Pelos dados acima apresentados, podemos concluir que para cada R\$ 1,00 de receita corrente prevista o Município arrecadou R\$ 1,35 e para cada R\$ 1,00 de receita de capital prevista o Município arrecadou R\$ 2,76. Analisando o total da receita arrecadada, constatamos que o Município arrecadou R\$ 1,37, para cada R\$ 1,00 que havia previsto, consequentemente está cumprindo o disposto no artigo 13, da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Analisando as despesas pelo mesmo critério, concluímos que para cada R\$ 1,00 de despesa corrente prevista o Município realizou, R\$ 0,91. Para cada R\$ 1,00 de despesa de capital prevista, o Município realizou R\$ 0,38. Com relação ao total de gastos efetuados pelo Município, concluímos que foram realizados R\$ 0,80 para cada R\$ 1,00 de despesas que havia previsto.

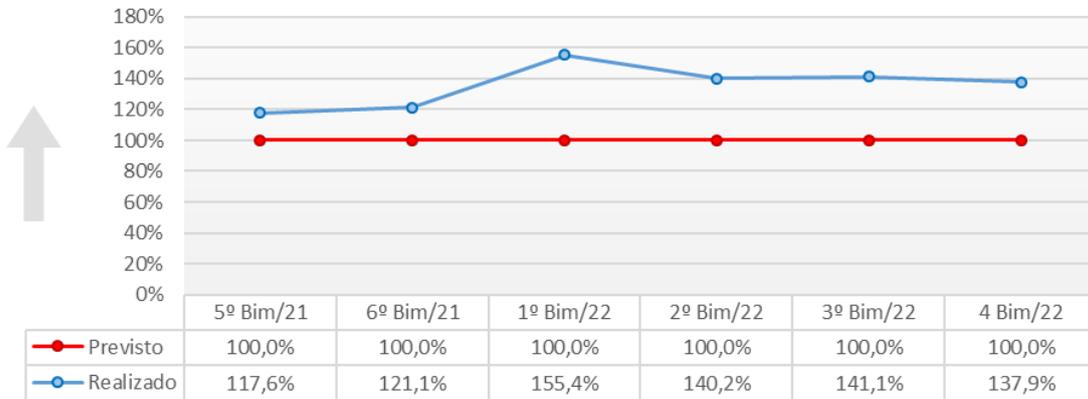
Do confronto entre o total de receita e despesas realizadas, concluímos que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada o município comprometeu com despesas a importância de apenas R\$ 0,72. Estes dados apontam para o fechamento com superávit orçamentário, cumprindo desta forma o artigo 48, alínea “b” da lei 4320/64 e o artigo primeiro, parágrafo primeiro da Lei Complementar 101/2000.

Para efeito desta análise não estão sendo levado em consideração as informações de receitas e despesas intra-orçamentárias.

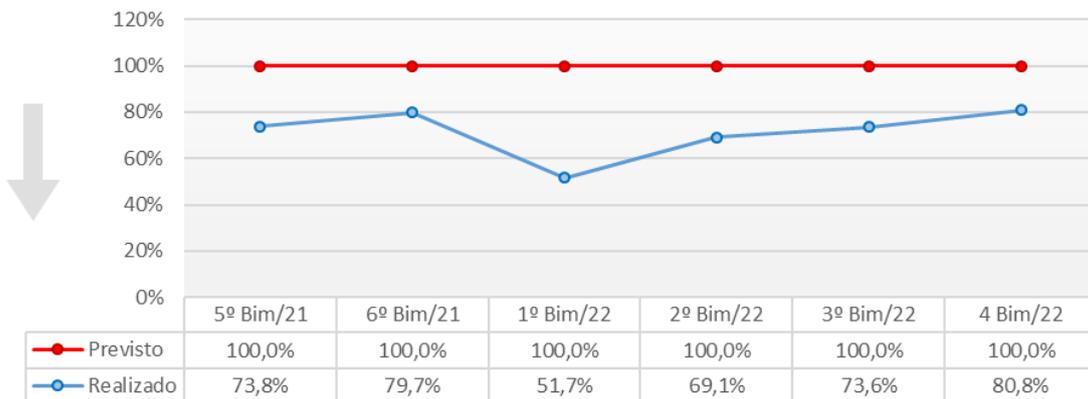




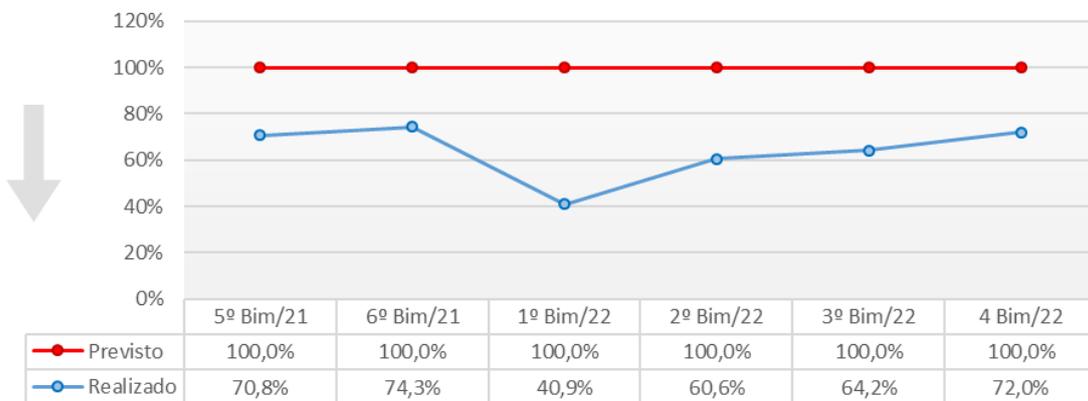
% Receita Realizada / Receita Prevista



% Despesa Liquidada / Despesa Prevista



% Despesa Liquidadas / Receita Realizada



1.10 RESULTADO PRIMÁRIO

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Primária	87.935.690	163.038.038	252.705.043	328.129.509		
Despesa Primária	51.270.318	132.015.601	200.534.961	277.330.334		

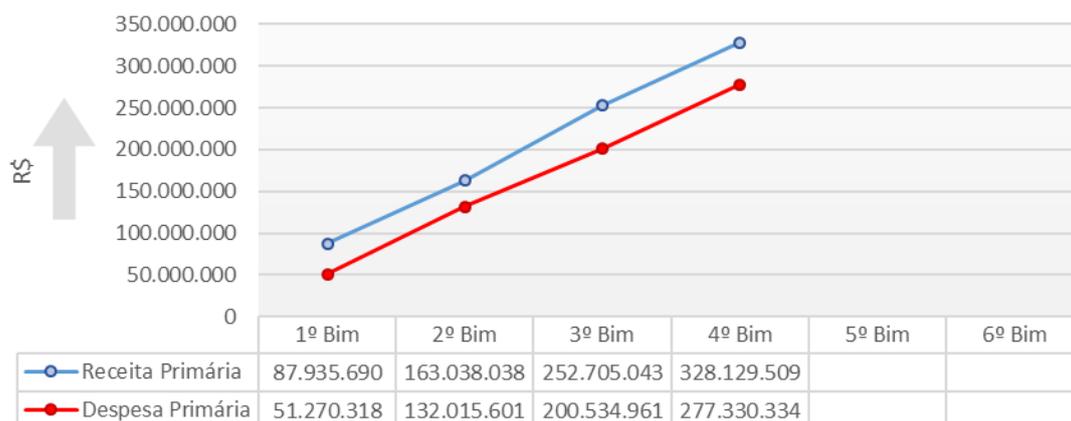
Resultado Primário	36.665.372	31.022.437	52.170.082	50.799.176		
% Rec x Des	172%	123%	126%	118%		
Meta	22.721.500	22.721.500	22.721.500	22.721.500		

Fonte: RREO ANEXO 6

O resultado primário é um indicativo da capacidade dos governos em gerar receitas em volume suficiente para pagar suas contas usuais, sem que seja comprometida sua capacidade de administrar a dívida existente. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: Resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não-financeiras).

Neste contexto, podemos evidenciar que no 4º bimestre de 2022 o município teve um resultado primário superavitário no montante de aproximadamente R\$ 50,799 milhões, sendo que esta análise leva em conta as despesas pagas.

Resultado Primário (Acumulado)



1.11 RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal é o conceito fiscal amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período. Essa diferença corresponde à Necessidade de Financiamento do Setor Público. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida.

O critério apresentado primeiramente é chamado de “critério acima da linha”, é demonstrado a partir do cálculo dos resultados da diferença entre receitas e despesas e seu acompanhamento é realizado período a período.

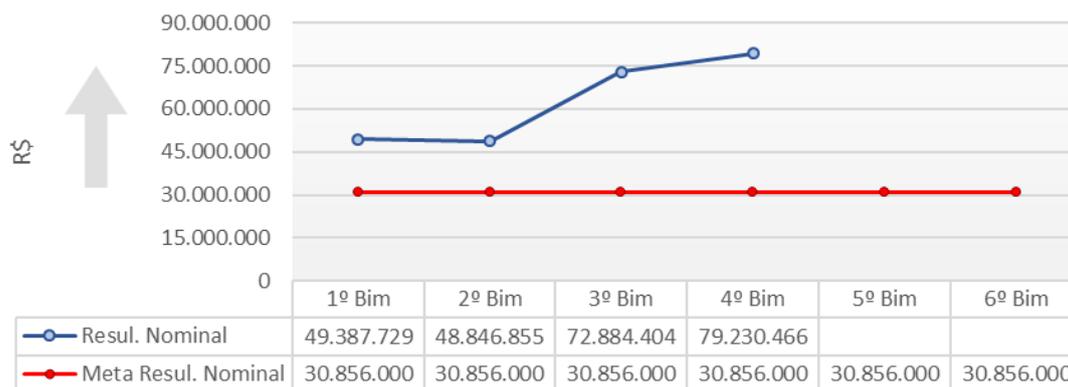
Resultado Nominal - Acima da Linha

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)	36.665.372	31.022.437	52.170.082	50.799.176		
(+) Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	12.722.357	17.824.417	20.714.322	28.431.290		
(-) Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0	0	0	0		

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII)	49.387.729	48.846.855	72.884.404	79.230.466		
Meta Resultado Nominal - Acima da Linha	30.856.000	30.856.000	30.856.000	30.856.000	30.856.000	30.856.000

Fonte: RREO ANEXO 6

Resultado Nominal - Acima da Linha



Pelos dados apresentados, o resultado alcançado no exercício se encontra acima da meta estipulada.

O segundo critério apresentado é outra forma de calcular o resultado nominal chamado de “critério abaixo da linha”, onde utiliza-se a variação da dívida líquida em comparação com o resultado do exercício anterior.

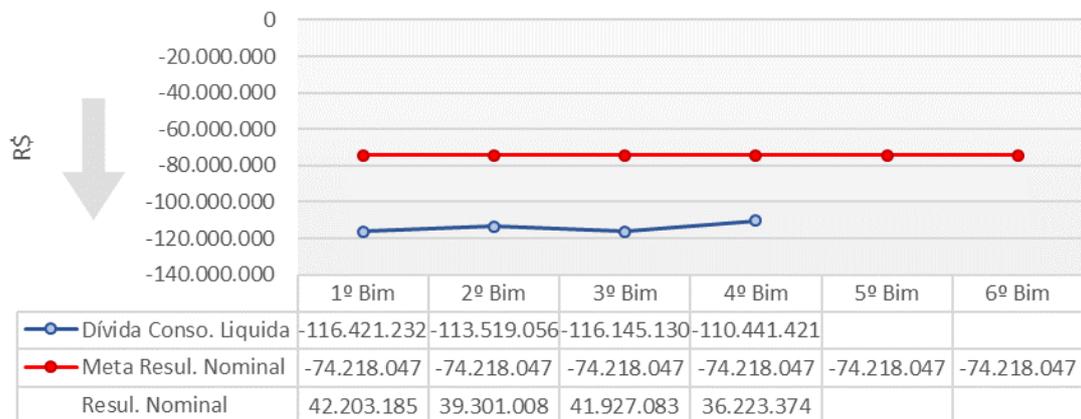
Resultado Nominal - Abaixo da Linha

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2021
Dívida Consolidada	36.423.644	34.997.023	54.965.812	53.416.453			37.812.831
Deduções (Disp. de Caixa - Rest. Pag. Proces.)	152.844.876	148.516.079	171.110.942	163.857.874			112.030.879
Dívida Consolidada Líquida	-116.421.232	-113.519.056	-116.145.130	-110.441.421			-74.218.047

RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII)	42.203.185	39.301.008	41.927.083	36.223.374			
Meta Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047	

Fonte: RREO ANEXO 6

Resultado Nominal - Abaixo da Linha



Pelos dados apresentados, o resultado deste bimestre por este critério ficou negativo, o que é bom, e também abaixo da meta estipulada que é o resultado final do exercício anterior, o que também é bom, pois o valor alcançado neste período significa que a dívida diminuiu em comparação com o exercício anterior.

2 LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF

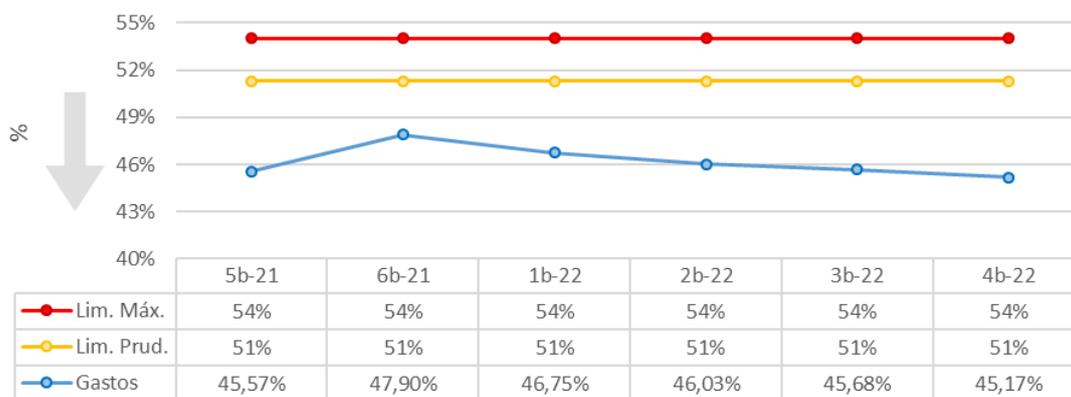
2.1 LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL

Valor Acumulado	5b-21	6b-21	1b-22	2b-22	3b-22	4b-22
Receita Corrente Líquida Ajustada (últimos 12 meses)	387.745.239	377.434.572	399.235.504	415.364.908	428.761.037	442.274.768
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Executivo (54%)	209.382.429	203.814.669	215.587.172	224.297.050	231.530.960	238.828.375
Limite prudencial de gastos com pessoal - Poder Executivo (51,3%)	198.913.308	193.623.936	204.807.813	213.082.198	219.954.412	226.886.956
Gastos com pessoal do Poder Executivo (12 meses)	176.706.026	180.789.260	186.632.058	191.175.420	195.844.487	199.755.141
Percentual de gastos com pessoal - Poder Executivo	45,57%	47,90%	46,75%	46,03%	45,68%	45,17%
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Legislativo (6%)	23.264.714	22.646.074	23.954.130	24.921.894	25.725.662	26.536.486
Gastos com pessoal do Poder Legislativo (12 meses)	3.551.111	3.211.900	3.543.297	3.668.208	3.856.910	4.023.898
Percentual de gastos com pessoal - Poder Legislativo	0,92%	0,85%	0,89%	0,88%	0,90%	0,91%
Limite máximo de gastos com pessoal - Consolidado (60%)	232.647.143	226.460.743	239.541.302	249.218.945	257.256.622	265.364.861
Gastos com pessoal - Consolidado (12 meses)	180.257.137	184.001.160	190.175.355	194.843.627	199.701.397	203.779.038
Percentual de gastos com pessoal - Consolidado	46,49%	48,75%	47,63%	46,91%	46,58%	46,08%

Fonte: RREO Anexo 3 (RCL) + RGF Anexo 1 (Gastos)

Pode-se observar na tabela acima e pelo gráfico abaixo, que o Poder Executivo Municipal cumpriu o limite máximo de gastos com pessoal (abaixo de 54,0%). Fazendo a verificação do percentual gasto apenas no que se refere ao limite prudencial (51,3%) o resultado ficou 6,13% abaixo.

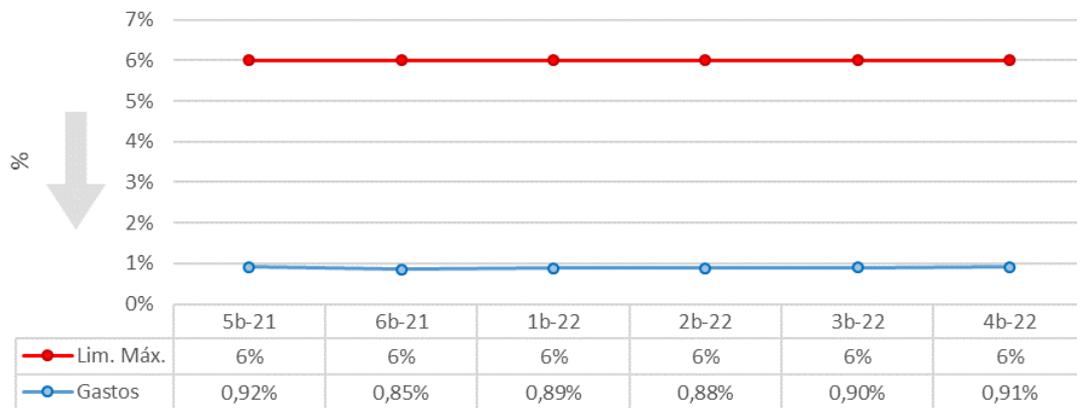
Gastos com Pessoal - Executivo



De acordo com o gráfico acima é possível observar que havia uma tendência de alta do índice nos primeiros dois períodos (de 5b-21 e 6b-21) dos gastos com pessoal do poder executivo, no entanto no 1b-22 houve uma inversão modesta da tendência, com uma redução de 1,15% comparado com o 6b-21, resultando em um índice final de 46,75% de gastos com pessoal. No período 2b-22 continuou a ter uma queda no índice no valor de 72 bps. No período 3b-22 houve mais uma redução de 35 bps e no atual bimestre apresentou mais uma queda de 51 bps.

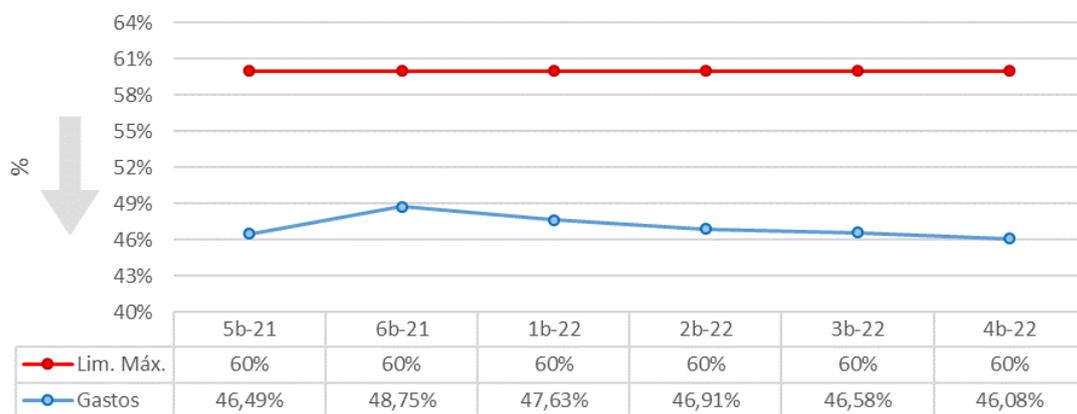
Vale ressaltar que os gastos em valores absolutos com a folha alcançaram o maior volume financeiro dos últimos 12 meses (R\$ 199,755 milhões) neste 4b- 22.

Gastos com Pessoal - Legislativo

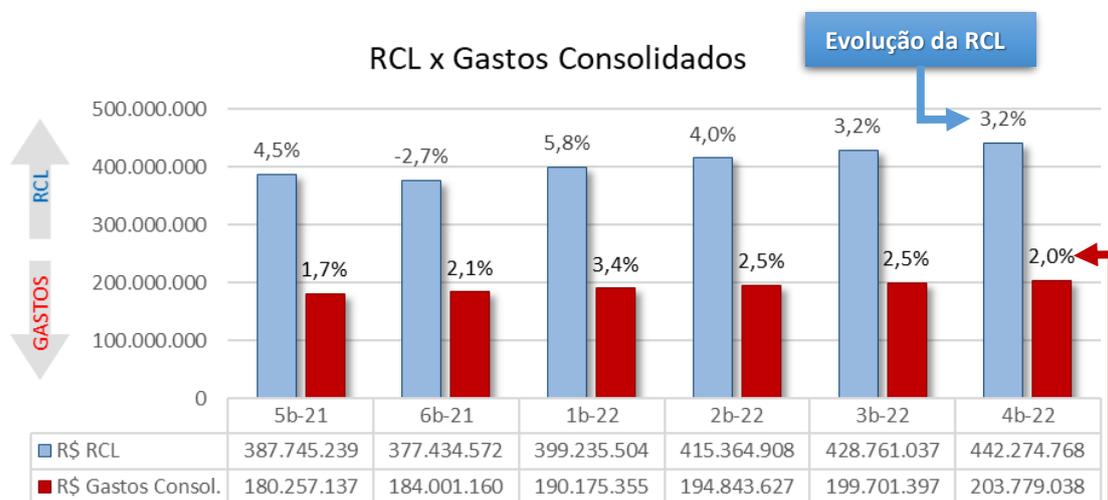


Com relação aos gastos do Legislativo, o índice continua bem abaixo do limite, não necessitando de nenhuma atuação no momento.

Gastos com Pessoal - Consolidado



Nas informações consolidadas, o índice ficou 13,92% abaixo do limite máximo permitido. A título de informação o resultado deste bimestre ficou abaixo da média anual que foi de 47,04%.



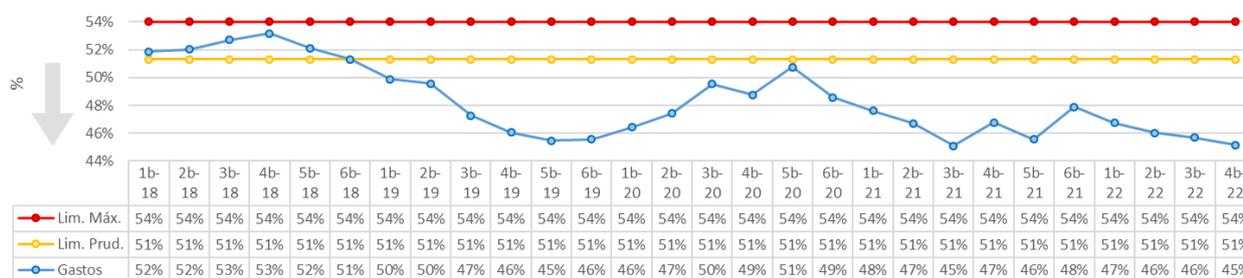
Evolução dos Gastos



No gráfico acima é possível verificar o comportamento percentual da evolução da RCL e dos Gastos Consolidados comparando com os períodos anteriores. No 5b-21 houve um aumento de 4,5% na RCL enquanto a evolução dos gastos foi de 1,7%. No fechamento do exercício, ou seja, no 6b-21 a RCL houve uma redução de -2,7% enquanto os gastos tiveram um aumento de 2,1%. No 1b-22 a RCL teve o maior aumento da série em análise (5,8%) seguido do segundo maior aumento da evolução dos gastos. No 2b-22 houve um aumento de 4% na RCL contra um aumento de 2,5% nos gastos com pessoal. No 3b-22 ocorreu novamente um aumento da RCL (3,2%) maior do que o aumento dos gastos (2,5%) e este efeito repetiu-se no 4b-22 onde a RCL aumentou 3,2% enquanto os gastos aumentaram apenas 2,00%.

Apesar do resultado atual ser considerado benéfico para o alcance dos limites constitucionais, deve-se continuar monitorando os dados e tomar medidas, caso necessário, para que não ocorra novamente uma possível entrada no limite máximo como ocorreu em 2018 e quase alcançou o limite prudencial em 2020.

Gastos com Pessoal - Executivo



2.2 LIMITE DA DÍVIDA PÚBLICA

De acordo com Resolução nº 40/2001, do SF, art. 1º, §1º, inciso V. a Dívida Consolidada Líquida é: a dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

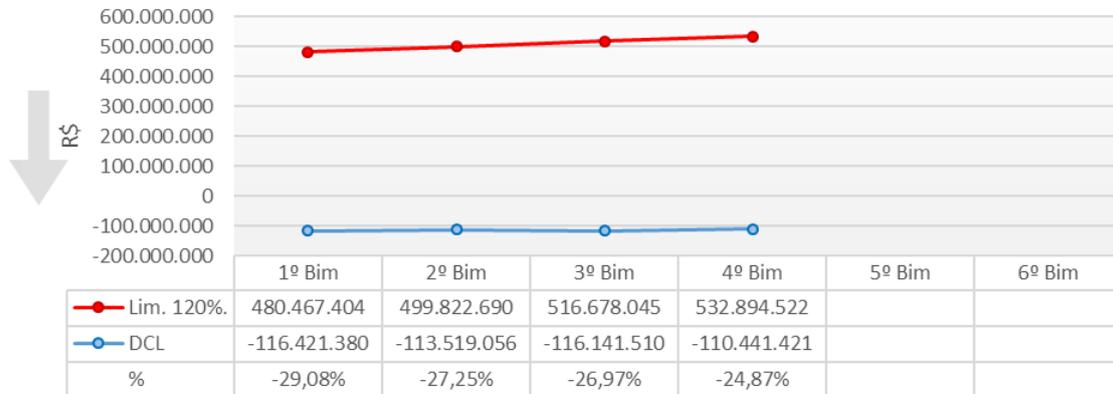
Possui como limite definido na mesma Resolução em seu Art. 3º: A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente, a: ... II - no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida ...

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2020
Dívida Consolidada	36.423.644	34.997.023	54.965.812	53.416.453			37.812.831
Deduções (Disp. de Caixa - Rest. Pag. Proces.)	152.845.024	148.516.079	171.107.323	163.857.874			112.030.879
Dívida Consolidada Líquida	-116.421.380	-113.519.056	-116.141.510	-110.441.421			-74.218.047
Receita Corrente Líquida Ajustada	400.389.504	416.518.908	430.565.037	444.078.768			378.588.572
Limite Definido pelo Senado Federal (120% da RCL)	480.467.404	499.822.690	516.678.045	532.894.522			454.306.287
% da DCL de Navegantes sobre a RCL	-29,08%	-27,25%	-26,97%	-24,87%			-19,60%

Fonte: RGF Anexo 2

Observa-se na tabela acima, que o Município não atinge o limite da dívida pública definido pelo Senado Federal. O limite é consideravelmente alto e o endividamento municipal pode ser considerado baixo.

Dívida Consolidada Líquida



2.3 GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES

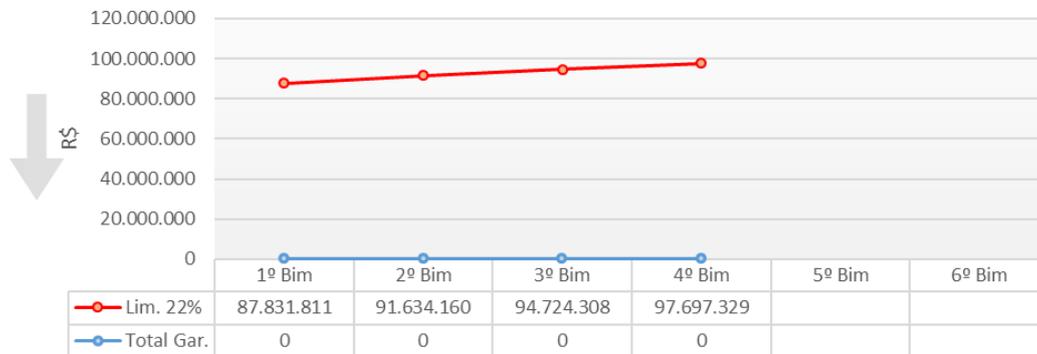
O Demonstrativo informa os valores das garantias concedidas pelo ente na contratação de operações de créditos pelos garantidos. Este demonstrativo visa a assegurar a transparência das garantias oferecidas a terceiros por Ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF, bem como das contra garantias vinculadas, decorrentes das operações de crédito internas e externas.

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2020
Receita Corrente Líquida Ajustada	399.235.504	416.518.908	430.565.037	444.078.768			378.588.572
Limite Definido pelo Senado Federal (22% da RCL)	87.831.811	91.634.160	94.724.308	97.697.329			83.289.486
Total de Garantias Concedidas pelo Município	0	0	0	0			0
% das Garantias de Navegantes sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: RGF Anexo 3

Conforme preconiza o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, o saldo global das garantias concedidas pelos Estados, DF e Municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da RCL. Como até o momento não houve nenhuma garantia concedida não há nenhuma preocupação com relação ao não atendimento das diretrizes da LRF.

Garantias e Contragarantias de Valores



2.4 LIMITE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

O demonstrativo visa assegurar a transparência das operações de crédito contraídas pelo Ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF e as Resoluções do Senado Federal.

O Senado Federal estabeleceu o limite do montante global das operações de crédito dos entes da Federação, da seguinte forma: Para os estados, DF e municípios 16% da RCL em cada exercício financeiro, sendo que neste bimestre o resultado apurado foi de 5,00%.

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Corrente Líquida Ajustada	400.389.504	416.518.908	430.565.037	444.078.768		
Limite Definido pelo Senado Federal (16% da RCL)	64.062.321	66.643.025	68.890.406	71.052.603		

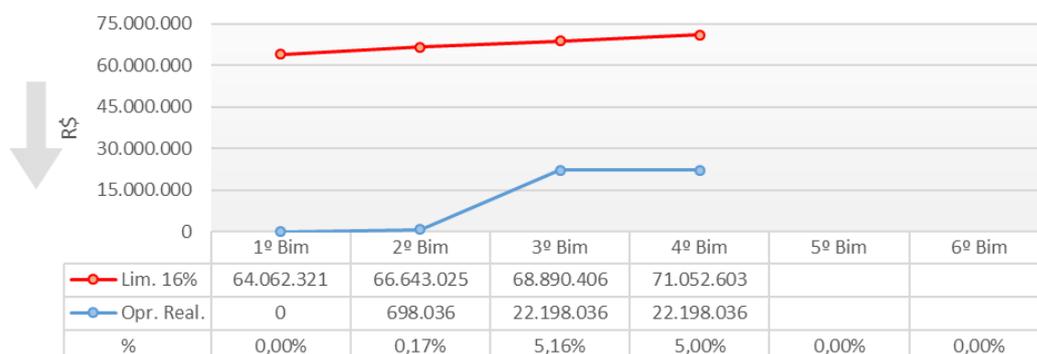
Total de Operações de Crédito realizadas	0	698.036	22.198.036	22.198.036		
--	---	---------	------------	------------	--	--

% das Opr. Crédito sobre o RCL	0,00%	0,17%	5,16%	5,00%		
--------------------------------	-------	-------	-------	-------	--	--

Fonte: RGF Anexo 4 / RREO Anexo 9

Observa-se nos demonstrativos acima que o Município de Navegantes está abaixo do limite permitido para as operações de crédito no período.

Limite de Operações de Crédito



2.5 DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE:

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

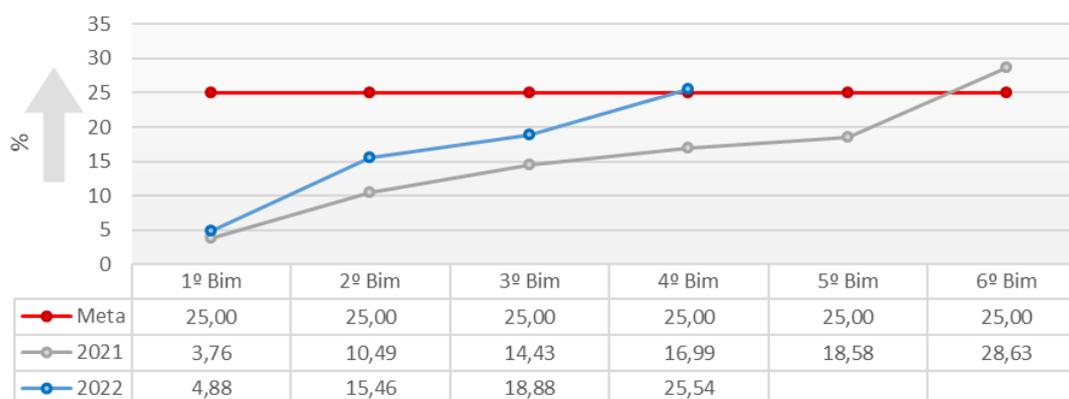
O Demonstrativo tem por objetivo demonstrar e avaliar o cumprimento dos limites mínimos de aplicação em MDE, do percentual da receita de impostos destinada ao FUNDEB, do limite mínimo de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração do magistério da educação básica, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

Aplicação de 25% da Receita de Impostos (art. 212 CF)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
32 - Total das Despesas para Fins de Limite	2.777.634	15.654.053	27.445.845	48.455.679		
3 - Total das Receitas com Impostos	56.898.517	101.268.147	145.337.024	189.714.780		
Valor Mínimo a ser Aplicado (25% das Receitas com Impostos)	14.224.629	25.317.037	36.334.256	47.428.695	0	0
Valor Acima/Abaixo do Limite (25%)	-11.446.996	-9.662.983	-8.888.411	1.026.984	0	0
Percentual Aplicado 2022	4,88	15,46	18,88	25,54		
Meta 2022	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Percentual Aplicado 2017	10,28	13,57	21,38	24,28	24,12	27,06
Percentual Aplicado 2018	12,00	17,20	22,34	24,48	23,46	25,55
Percentual Aplicado 2019	6,57	14,91	17,86	21,22	21,69	27,96
Percentual Aplicado 2020	7,00	23,69	31,71	28,04	25,83	27,45
Percentual Aplicado 2021	3,76	10,49	14,43	16,99	18,58	28,63

Fonte: RREO Anexo 8

Pelos dados apresentados, fica evidenciado que o Município ficou com o percentual de aplicação dos recursos neste bimestre acima da meta. Com isso o Município conseguiu obter um resultado financeiro positivo de R\$ 1,026 milhões acima da meta, o que resultou em uma aplicação de 25,54% e com isso está sendo cumprido o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que define a aplicação mínima de 25,00% da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino.

Limite Constitucional - Educação



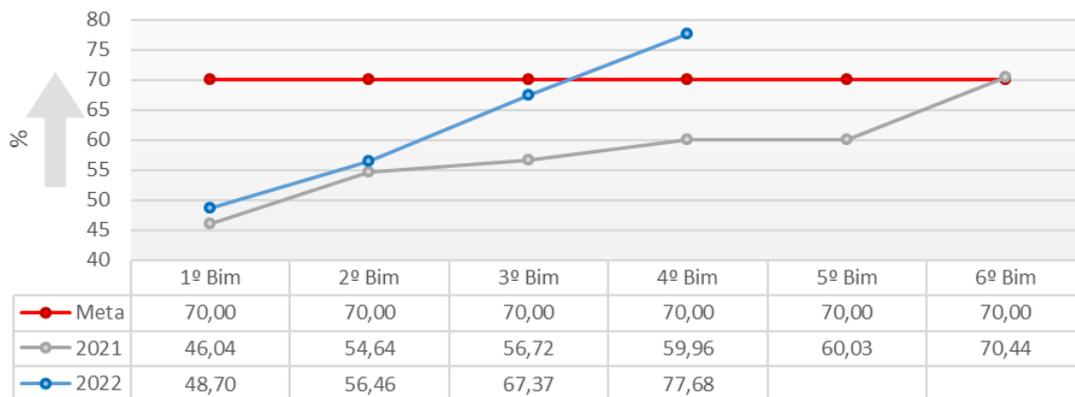
Este mesmo comportamento ocorreu no exercício do ano anterior, onde nos primeiros bimestres não foram alcançados a meta estabelecida, mas no decorrer do exercício o Município foi aumentando os investimentos nesta área e acabou superando a meta (limite mínimo) no final do ano. No entanto o resultado apresentado neste bimestre está um acima se comparado com o exercício anterior.

Aplicação mínima de 70% dos recursos do FUNDEB (Art. 212-A, inciso XI e § 3º - CF/88)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
6 - Receitas Recebidas do FUNDEB	21.621.433	41.454.021	61.548.367	79.663.048		
70% das Receitas Recebidas do FUNDEB	15.135.003	29.017.814	43.083.857	55.764.133	0	0
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profis. da Edu. Básica	10.529.048	23.404.600	41.466.334	61.881.975		
Valor +/- Aplicado da Rec. do FUNDEB c/ Profis. da Edu. Básica	-4.605.955	-5.613.215	-1.617.524	6.117.842	0	0
Percentual Aplicado 2022	48,70	56,46	67,37	77,68		
Meta 2021	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00
Percentual Aplicado 2017	77,42	81,84	85,75	85,71	79,30	76,51
Percentual Aplicado 2018	54,13	59,87	62,39	62,62	59,42	60,70
Percentual Aplicado 2019	46,02	51,18	53,25	57,41	59,26	64,12
Percentual Aplicado 2020	58,37	66,46	70,08	72,25	72,04	73,24
Percentual Aplicado 2021	46,04	54,64	56,72	59,96	60,03	70,44

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores despendidos com profissionais da educação básica, o Município aplicou 77,68% do total de recursos disponíveis, ou seja, valor acima da meta que é de 70% conforme disposto no Artigo 212-a, inciso XI e §3º da CF/88.

Aplicação mínima de 70% - FUNDEB



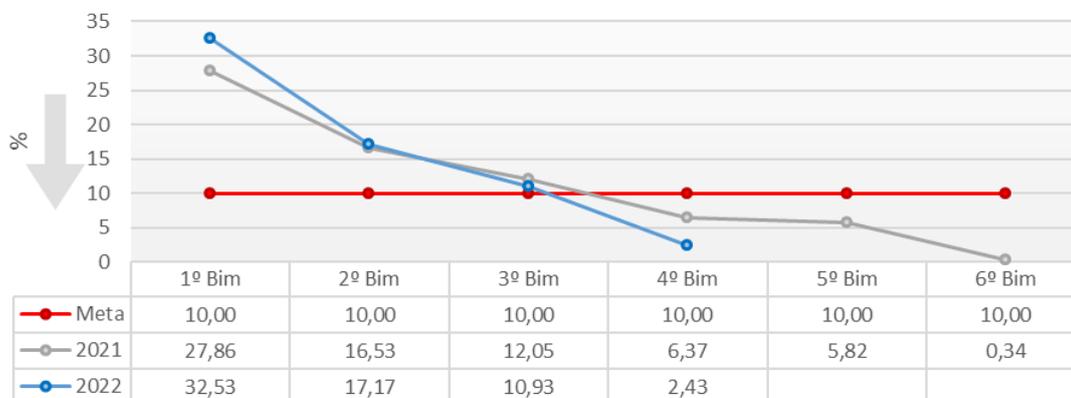
De acordo com o gráfico acima apresentado, é possível verificar o histórico deste índice, o qual o comportamento se repete em todos os exercícios, ou seja, no início os resultados são bem abaixo da meta, mas no decorrer dos bimestres os índices vão melhorando gradativamente.

Máximo de 10% de Superávit (Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
9 - Total dos recursos do FUNDEB dispon. para utilização (6+8)	21.914.106	41.746.011	61.840.358	79.955.038		
12 - Total das despesas com recursos do FUNDEB (10+11)	14.881.222	34.664.125	55.145.885	78.049.329		
Valor não aplicado (n) (9-12) - Liquidado	7.032.885	7.116.624	6.729.212	1.938.937	0	0
Valor máximo permit. (10% de 6-Receitas Recebidas do FUNDEB)	2.162.143	4.145.402	6.154.837	7.966.305	0	0
Máximo de 10% não Aplicado no Exercício (Valor ã aplicado / 6 - Rec. Recebidas) - 2022	32,53	17,17	10,93	2,43		
Meta 2022	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
Percentual Aplicado 2018	9,30	-0,49	-5,02	-5,66	-0,17	3,34
Percentual Aplicado 2019	22,16	21,85	15,95	3,58	4,83	1,36
Percentual Aplicado 2020	16,47	-2,20	0,54	0,54	2,08	1,39
Máximo de 10% não Aplicado no Exercício 2021	27,86	16,53	12,05	6,37	5,82	0,34

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação a não aplicação máxima de 10% dos recursos provenientes do FUNDEB, o resultado neste bimestre está abaixo do limite definido, com índice de não aplicação de 2,43%.

Máximo de 10% de Superávit - FUNDEB



De acordo com o gráfico apresentado, é possível verificar o comportamento deste índice neste bimestre ficou abaixo da meta, o que é bom. Vale ressaltar que este índice também sofreu alterações em 2021, onde foi alterado para um índice de 10% de não aplicação no exercício.

Historicamente nos primeiros bimestres do exercício os resultados ficam distante da meta, no decorrer dos demais períodos o índice vai sendo atingido e se mantém até o final do exercício, com isto cumprindo o disposto no Art.25, § 3º da Lei nº 14.113, de 2020.

2.6 DOS GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE:

A Lei Complementar nº 141/2012 regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal ao dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, onde em seu art. 7º informa que os Municípios aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos.

Aplicação de 15% da Receita com Impostos com Saúde	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Total das Despesas com *ASPS (XII) = (XI)	6.828.882	16.843.954	26.148.912	35.631.875		
(XIII-XIV-XV) Total das deduções consideradas para fins de limite	0	0	0	0		
(XVI) Total das despesas para efeito de cálculo	6.828.882	16.843.954	26.148.912	35.631.875		
(III) Total das receitas com impostos (base de cálculo para a saúde)	56.907.884	101.284.253	145.331.965	187.448.079		
Valor mínimo a ser aplicado (15% das receitas com impostos)	8.536.183	15.192.638	21.799.795	28.117.212		
Valor acima/abaixo do percentual de 15% das receitas com impostos	-1.707.301	1.651.316	4.349.118	7.514.663		
Percentual aplicado 2022	12,00	16,63	17,99	19,01		
Percentual mínimo a ser aplicado 2022	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Percentual aplicado acima/abaixo 2022	-3,00	1,63	2,99	4,01	-15,00	-15,00
Percentual aplicado 2017	13,01	18,06	20,22	22,17	22,68	24,20
Percentual aplicado 2018	15,05	20,13	21,82	23,63	24,38	25,03
Percentual aplicado 2019	15,47	21,17	23,69	24,16	24,43	26,20
Percentual aplicado 2020	12,45	21,26	25,82	27,03	26,18	26,30
Percentual aplicado 2021	12,76	17,59	20,19	21,66	21,73	24,65

Fonte RREO ANEXO 12 / *ASPS (Ações e Serviço Público de Saúde)

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o Município aplicou de recursos próprios em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), o montante de R\$ 35,631 milhões. Realizando a dedução dos valores que não são considerados para o cálculo do limite constitucional, o resultado foi de 19,01% de aplicação da receita proveniente de impostos no período. Desta forma, fica evidente que o Município ficou acima do limite constitucional

de 15%, CUMPRINDO o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Vale mencionar que para efeito do cálculo deste índice, nos cinco primeiros bimestres são utilizados os valores liquidados, e apenas no sexto bimestre é utilizado os valores empenhados.



De acordo com o gráfico acima, é possível verificar o comportamento atual do índice e também do seu histórico, onde no início dos exercícios este índice não é alcançado, mas no decorrer dos bimestres o percentual aumenta significativamente acima da meta e se mantém até o final do exercício.

2.7 MECANISMOS DE AJUSTE FISCAL

A EMC-109 de 15/03/2021 altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167-A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19.

O Mecanismo de Ajuste visa em seu texto constitucional, a necessidade de todos os entes da Federação cumprirem META DE SUPERÁVIT FISCAL DE PELO MENOS 5% das receitas correntes, além da expressa submissão de todas as políticas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico, atendimento aos direitos sociais e manutenção do Estado, as quais ficarão subordinadas ao privilégio dos gastos financeiros com a chamada dívida pública, que passa a ter prioridade absoluta.

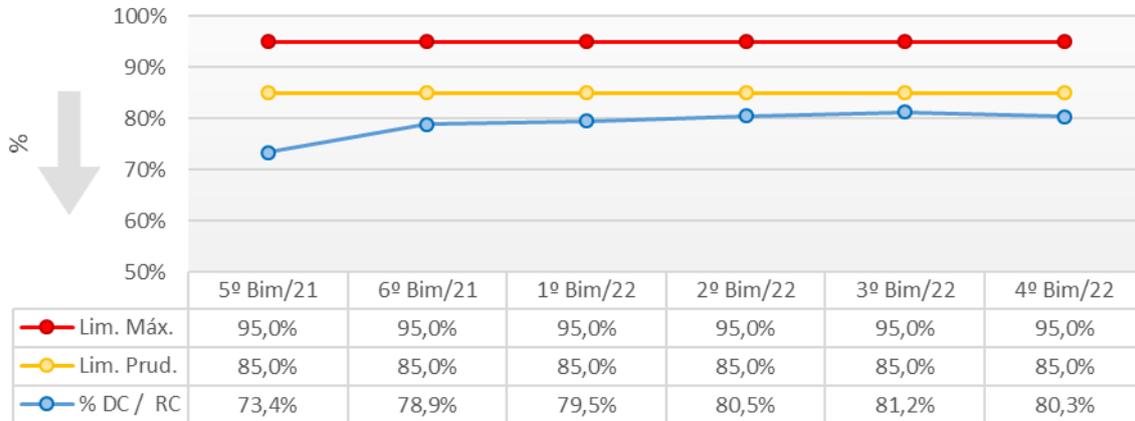
Valor dos Últimos 12 meses	5º Bim/21	6º Bim/21	1º Bim/22	2º Bim/22	3º Bim/22	4º Bim/22
Despesas Correntes Empenhada	298.454.710	312.784.220	341.453.856	361.286.610	378.502.476	388.790.487
Receitas Correntes	406.720.270	396.433.594	429.681.844	448.886.761	466.004.204	484.050.161
% DC / RC	73,4%	78,9%	79,5%	80,5%	81,2%	80,3%

Limite prudencial	85,0%	85,0%	85,0%	85,0%	85,0%	85,0%
Limite máximo	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%

RREO - Anexo 1 (despesa corrente empenhada e receita corrente)

Pelo quadro acima é possível verificar que a relação entre Despesa Corrente e Receita Corrente neste bimestre ficou em 80,3%, ou seja, 4,7% abaixo da meta do limite prudencial.

Mecanismo de Ajuste Fiscal



De acordo com o gráfico, neste bimestre houve uma redução no índice em comparação com o bimestre anterior, o que significa que o índice se afastou mais um pouco dos primeiros gatilhos para acionar as possíveis medidas de ajuste fiscal que se iniciam ao alcançar o limite prudencial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne às metas fiscais e resultados finais obtidos pelo Município de Navegantes, observa-se que o Município alcançou resultados favoráveis no encerramento do 2º quadrimestre do exercício de 2022, como por exemplo, o atingimento das metas de arrecadação, o resultado orçamentário, dos resultados primário, dos resultados nominais, limites de endividamento, operações de crédito, gastos com pessoal, bem como a aplicação mínima em ações e serviços de públicos de saúde, máximo de 10% não aplicado dos recursos do FUNDEB, aplicação mínima em manutenção e desenvolvimento do ensino (25% da Educação) e o mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB a ser utilizado com a folha de pagamento dos profissionais da educação básica.

Navegantes, 30 de setembro de 2022.

Edinéia Bett Santiago
Contadora

Nathalie Renatha de Castilhos Domanski
Contadora

Rodrigo Lopes da Silva
Contador

Fernando Sedrez Silva
Secretário de Gestão e Controle